



# ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,  
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

## MOVIMENTOS SOCIAIS E VIOLÊNCIA EM DOURADOS: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES<sup>1</sup>

**Paula Indyanara da Costa<sup>2</sup>, Caroline Pinheiro da Silva<sup>3</sup>.**

UFGD-FCH Dourados-MS, E-mail: [carol.pin@hotmail.com](mailto:carol.pin@hotmail.com)

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. PIBIC/UFGD/CNPq.

### RESUMO

Num contexto mais amplo sobre a violência na faixa de fronteira na qual se situa a Comarca de Dourados, o presente artigo é resultado de um plano de trabalho de iniciação científica que teve como objetivo identificar os movimentos sociais que atuam na região bem como levantar algumas representações da violência por parte de suas lideranças. Para tanto, além da revisão bibliográfica sobre o tema, foram realizadas entrevistas com diversos representantes de movimentos sociais que atuam na região de Dourados, MS e que, por isso, vivenciam experiências de violência e discriminação.

**Palavras-chave:** representações sociais; movimentos sociais; violência; fronteira.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado como resultado do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), da Universidade Federal da Grande Dourados, sob a orientação do Prof.Dr. André Luiz Faisting.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de um plano de trabalho de iniciação científica, orientado por um projeto maior sobre representações sociais da violência na faixa de fronteira onde se localiza a região conhecida como a Grande Dourados, e teve como objetivo levantar as representações da violência por parte de lideranças de alguns movimentos sociais que atuam nessa região, constitutivos de grupos que trazem reivindicações específicas e questionam as instituições públicas e privadas, lutam pela garantia de direitos humanos e se colocam em oposição às contradições econômicas e sociais presentes na sociedade. Nesse sentido, foram entrevistadas representantes da Comissão Pastoral da terra (CPT), do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), e do Movimento LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), todos atuantes em Dourados. Através das entrevistas realizadas, e da bibliografia revisada sobre violência, movimentos sociais e fronteira, pudemos compreender melhor a importância da atuação desses movimentos e qual tipo de violência os envolve dentro desse contexto específico que caracteriza as regiões de fronteira.

### 1. VIOLÊNCIA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA FRONTEIRA

Caracterizado pela diversidade de diferentes povos que a habitam, bem como pela proximidade da fronteira com o Paraguai, a região de Dourados poderia ser reconhecida apenas em termos de sua riqueza étnica e cultural. Contudo, também tem sido fortemente marcada por fenômenos como violência e “invisibilidade” social de alguns dos seus segmentos, o que configura, muitas vezes, um palco de conflitos sociais que envolvem diferentes interesses, tanto materiais quanto simbólicos. Daí o fato de a região ser também o *locus* da atuação de diversos movimentos sociais que lutam por direitos de diferentes natureza. Destaca-se a existência de dezenas de assentamentos e acampamentos rurais ligados aos movimentos de luta pela terra, além dos movimentos que atuam em defesa dos indígenas, negros, mulheres, crianças e adolescentes, idosos, LGBTT, entre outros.

Neste contexto, portanto, é importante compreender como as questões relacionadas à violência são concebidas e reproduzidas tanto pelos profissionais responsáveis pela promoção de políticas públicas de segurança e cidadania, quanto pelos meios de comunicação que interpretam e (re)produzem a realidade social da violência na região.

Tão importante é compreender como se manifestam os agentes e lideranças dos movimentos sociais que lutam pela garantia de direitos dos segmentos histórica e socialmente mais vulneráveis. Essa pesquisa de iniciação científica pretendeu justamente compreender como os movimentos sociais se organizam em torno das práticas e das representações no combate à violência e à discriminação de seus segmentos.

Considerando a importância das representações sociais no estudo da violência, na medida em que permite compreender os significados, as motivações, os valores e as crenças dos diversos segmentos direta ou indiretamente envolvidos com esse fenômeno, cabe destacar o referencial teórico e metodológico da *Teoria das Representações Sociais*. Para Porto (2010:67), “os vários enfoques a partir dos quais o fenômeno da violência tem sido abordado, aquele centrado na análise das representações sociais não tem merecido estatuto privilegiado na sociologia, o que justifica que sejam explicitadas as razões para essa escolha”. Em seu livro *Sociologia da Violência: do conceito às representações sociais* (2010), a autora, no capítulo onde procura apresentar a Teoria das Representações Sociais como uma estratégia para abordagem da realidade social, argumenta:

Reinsere a outrora recorrente questão das crenças e dos valores nos dispositivos disponíveis à explicação sociológica, por meio da Teoria das Representações Sociais, significa, igualmente, reinsere a discussão acerca do papel e do lugar da subjetividade na teoria, em sua relação com o também recorrente requisito da objetividade, como condição para a produção do conhecimento válido e relevante para a compreensão sociológica (...) Crenças e valores são a matéria prima do fazer sociológico, seguindo a trilha weberiana de que a objetividade do conhecimento nas ciências sociais vincula-se ao fato do empiricamente dado estar em permanente relação com ‘idéias’ de valor, recolocando, assim, valores e crenças no interior da explicação sociológica (PORTO, 2010: 63-64).

A partir desse referencial podemos destacar a pertinência da explicação sociológica da violência via representações sociais, tanto por parte dos agentes da violência, na medida em que as representações “justificam e orientam as práticas dos atores sociais”, como por parte

daqueles que tem a responsabilidade de propor e aplicar políticas públicas de segurança. Da mesma forma, é importante compreender tais representações por parte das vítimas da violência, bem como por parte de seus representantes. A presente pesquisa teve como foco justamente compreender as representações sociais da violência por parte de representantes dos movimentos sociais que atuam na região de Dourados, uma região bastante peculiar no que se refere ao fenômeno da violência em seus vários aspectos, tanto da violência física e material quanto a violência simbólica. Além da predominância do latifúndio, a segunda maior cidade do Estado com aproximadamente 200.000 habitantes concentra uma grande quantidade de usinas de cana de açúcar, o que tem gerado danos irreversíveis à natureza como a contaminação da água e do solo, e afetando também segmentos étnicos e sociais como as comunidades indígenas e de assentamentos rurais.

Outro fator que caracteriza a região de Dourados é o fato de estar próxima à fronteira com o Paraguai, o que implica numa não apenas da diversidade em termos étnico-cultural mas também alimenta preconceitos e discriminações contra nossos vizinhos. Tal fenômeno nos ajuda a compreender o porquê essa região tem sido fortemente marcada por fenômenos como violência e invisibilidade social de alguns de seus segmentos, o que configura um palco para conflitos sociais. Por essa razão a região se torna também o *locus* da atuação de diversos movimentos sociais que “se tornam repertório de ações coletivas e demarcam interesses, identidades, subjetividades e projetos de grupos sociais específicos que canalizam e potencializam por meio de suas práticas os afazeres propostos” (Gohn, 2010).

## **2. MOVIMENTOS SOCIAIS E VIOLÊNCIA**

A ascensão dos movimentos sociais no Brasil se deu a partir da década de 1980, com o sindicalismo combativo, as comunidades eclesiais de base, as pastorais sociais, o movimento estudantil, etc, que surgem com força no cenário nacional no combate à repressão do governo militar e reivindicam, sobretudo, a restauração das liberdades democráticas. É nesse contexto de luta que surgem os movimentos como CPT, CIMI, MST, entre outros, que ainda constituem os cenários de luta por melhorias na qualidade de vida e dignidade humana. Alguns desses movimentos fizeram parte de nossa pesquisa, e com isso conseguimos compreender melhor os significados, as motivações e os valores que os envolvem na luta contra a desigualdade social e a discriminação cultural.

Dentre os vários segmentos atuantes na região de Dourados, optamos por dar ênfase aos movimentos de luta pela terra. No caso dos indígenas, destaca-se que em Dourados estão concentrados cerca de 14.000 indígenas, a segunda maior população de índios do País. A seguir, apresentaremos trechos das entrevistas realizadas no intuito de apresentar, sobretudo, como compreendem e representam a violência em geral e, mais especificamente, a violência que afeta seus integrantes e as pessoas as quais representam.

## **2.1 - A violência na percepção de um representante do CIMI**

*Já que estamos nessa, vamos pra luta... Quando vim para Dourados só se via mata ao sobrevoar com o avião, uma coisa linda. Hoje, quando venho pra cá não vejo mais mata, a realidade atual é essa realidade onde a mata perdeu espaço para a soja. Há cana de açúcar nas terras e os indígenas na beira das estradas, dependendo de cesta básica.*

De acordo o representante do Conselho Indigenista Missionário que atua em Dourados, onde há indígena no Brasil o CIMI está presente. Esse Conselho, órgão da igreja católica ligado a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), está organizado em 11 regionais e um secretariado. O entrevistado ressaltou em sua entrevista que o CIMI nasceu em 1982, em plena ditadura militar, ou seja,

O Brasil vivia em uma ditadura (...) Havia nessa época a SPI (Serviço de Proteção ao Indígena), depois se criou a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), mas eles não davam conta de ajudar (...) então um grupo de padres jesuítas que trabalhavam com os indígenas, na missão de evangelizá-los, se organizaram e fundaram o CIMI. Com a missão de ir contra o governo integracionista que iria entregar os indígenas ao plano de aculturação do governo ditatorial da época.

Segundo o entrevistado, o problema central que afeta os indígenas é questão da terra, sendo papel do CIMI defender o direito dos indígenas, e isso se faz através de advogados e

ações judiciais, sendo essa uma das formas de garantir tal direito. É nesse sentido que o representante do CIMI nos indagou: como garantir esses direitos obrigando uma população de 14.000 mil índios a viver em pouco mais de três mil hectares de terra, que dependem de cesta básica para sua subsistência? Como encontrar estímulos dependendo de uma cesta básica para sobreviver? Ele apontou, ainda, que um dos principais problemas dentro das aldeias são os conflitos internos e indagou novamente: como intervir diante nessa realidade?

Quando questionado sobre como percebe a violência contra os povos indígenas, o entrevistado cita a grande discriminação contra os mesmos quando esses não são aceitos em diversos lugares por terem somente a documentação da FUNAI, e são forçados a terem o registro considerado “civil”. Argumenta que essa violência ultrapassa o físico, o material, é uma violência simbólica e discriminatória. E prossegue dando exemplos dessa violência material e simbólica citando o que aconteceu com os Mc Brow (grupo de rap indígena) quando foram participar de um renomado programa de televisão: “receberam uma ação do Ministério Público”.

Segundo o representante do CIMI o confinamento, a falta de terra - e quando tem a terra há falta de mecanismos para trabalhar nessa terra -, a discriminação, a falta de informação, o excesso de informações distorcidas pela mídia, tudo isso implica nessa violência e nesse preconceito sofrido pelos indígenas, considerados parias da sociedade. E uma das formas de acabar com essa violência, segundo ele, seria garantir as demarcações das terras indígenas, para que eles pudessem plantar e viver com a suas famílias, afinal argumenta: “os índios não tem ambição não”. Ou seja, necessitam apenas do essencial para viver com dignidade, com respeito à sua cultura e à sua tradição, algo que em Mato Grosso do Sul é constantemente lhes negado.

## **2.2 – A violência na percepção de um representante da CPT**

*Quando a gente fala de violência, às vezes o pessoal lá da comissão pastoral da terra fala: ah, vocês são de Mato Grosso do Sul, tinha que falar isso. Eu, várias vezes, falei pra ele assim: Vocês tão aqui em Goiânia, vocês estão aqui numa realidade totalmente diferente, lá na fronteira o policial sabe como que ele tem que atuar, quem é nascido e criado em Dourados*

*sabe como ele tem que atuar. Dourados, você tem que saber onde você coloca os pés também, então, a gente tem essa realidade, você sabe que Dourados infelizmente tem dono.*

A Comissão Pastoral da Terra foi criada em 1975, em Goiânia, para ser um apoio aos posseiros e pequenos agricultores. A CPT é constituída por um grupo de pessoas que, em nome da Pastoral e do Evangelho, luta pelo povo do campo, pelo homem e mulher. Em Mato Grosso do Sul a CPT iniciou seu trabalho nos anos de 1977/1978, funcionando como uma base de apoio às primeiras ocupações de terra. Como nos explicou o entrevistado, na primeira grande ocupação de terra em MS tinha gente de 12 municípios vindo do sul do estado, especificamente Caraapó, onde a CPT realizou a ocupação em abril 1984, em Santa Indalina, que hoje é Novo Horizonte do Sul.

O entrevistado que nos concedeu a entrevista, um missionário de origem holandesa que estudou Teologia e Filosofia, iniciou sua luta no movimento no Paraná, em defesa dos pequenos produtores do sul que tinham que abandonar suas terras devido ao lago de Itaipú, também durante o governo militar. Segundo ele, Itaipu foi cedendo pela força da união e por uma organização muito bem articulada. Ele narra que em um dado momento as crianças foram em direção aos militares e lhes deram um rosa como prova da luta e da paz.

Nós éramos da Comissão Pastoral da terra. Como o governo militar tinha um pouco de medo da igreja, nós aproveitamos disso, tínhamos ao nosso lado o Bispo de Foz do Iguaçu que fez um papel incrível (...) nós fizemos tudo pacificamente. Por exemplo, nós paramos 40 dias Itaipú, e era governo militar, tudo rodeado pelo exército (...). mas nós todos pacificamente. Como era proibido fazer passeata então fizemos uma procissão (...) E nós também usamos táticas. Combinamos que não vamos usar violência, então a cada cem metros tinha 1.000 militares. Então acabou, porque o militar que não sabia, tinha uma metralhadora na mão e na outra mão uma rosa. Ele começou a chorar. Essas lágrimas também do soldado foram para o mundo inteiro.

O missionário chegou na região em 1982, em Caarapó, e seguiu para Dourados em

1988. A CPT, segundo ele, veio para Mato Grosso do Sul em 1975/1976 através de duas irmãs que se encontravam em Glória de Dourados. Segundo ele, “nós que organizamos porque naquele tempo não tinha movimento sem terra (...) nós criamos então vários sindicatos autênticos aqui também no estado, foi muito bom, foi muito bonito”. Quando questionado sobre como percebe a violência ele argumenta:

Eu acho que a violência quase sempre é o resultado de uma injustiça, quase sempre. Por exemplo, a desigualdade social é uma injustiça que não tem cabimento, né? Desigualdade social, nós temos gente que tem bilhões, não milhões, bilhões, e outros que não tem um tostão para viver. Nós temos um País que não tem limites, por exemplo, eu sou Holandês né, lá ninguém pode ter mais que 100 hectares de terra (...) depois dizem que os pobres indígenas terão terra demais (...) Então, a violência é sempre fruto de uma injustiça (...) Há assentamento bem perto do Corona, quando vai aqui por Ponta Porã, daqui uns 50 , 60 km, e tudo ao redor tem fazendas. Lá não cresce mais feijão e arroz, porque o veneno, o agrotóxico acabou com tudo. E não tem lei que proíbe, e o povo fica sem ter o que fazer, sem ter o que comer.

Com essa resposta o missionário entrevistado nos ajuda a compreender o quanto a violência está associada às injustiças e às desigualdades sociais, especialmente aquelas que atingem as pessoas do campo, que constitui grande parte da população que vive e trabalha na região de Dourados.

### **2.3 – A violência na percepção de uma representante do MST**

*Quando eu entrei no movimento a maior parte dos setores principais eram coordenados por mulheres (...) a frente máxima que trabalha a questão dos acampamentos e ocupação era coordenada por mulher. A gente tinha exemplo de mulheres! As mulheres foram perseguidas naquela época, algumas ficaram presas, outras*

*tiveram que atravessar o rio a nado, ficar escondida, tudo isso pela militância.*

A entrevistada que representou o MST é de origem camponesa, nasceu no Paraná e veio com sua família para Mato Grosso do Sul justamente para conquistar um pedaço de terra. Sua inserção ao MST se deu por meio de um curso de formação que o movimento estava realizando em Nova Alvorada, cidade onde sua família morava. Seu pai participou do referido curso e se apaixonou pelo movimento, e assim conduziu toda a família com ele na luta pela terra. Segundo ela, “nossa família não foi em parte para o movimento. Fomos todos, eu, meus pais e meus irmãos adolescentes”. A entrevistada e sua família ficaram por seis anos acampados até que conquistaram um lote num Assentamento em Nioaque.

Durante a entrevista, a representante do MST descreve a dificuldade que as mulheres possuem num ambiente majoritariamente masculino, mas enfatiza com orgulho sua condição de mulher e militante. Ou seja,

Por ser mulher, passei por um período de masculinidade no movimento. Tínhamos que nos vestir masculinamente, com camisetas, calças e botas, ate para enfrentar toda aquela situação, onde nos exigia certa brutalidade por conta da situação de ocupantes. Por muitas vezes fomos discriminadas por companheiros, enfrentamos muitas lutas para continuar na militância. A questão era se vestir mesmo quase que um homem para poder enfrentar tudo que vinha por aí.

Mesmo com esse tipo de dificuldade, a entrevistada ressalta a força, a importância e a influência que a mulher tinha dentro do MST. No que se refere à violência, a representante do MST destaca, além da violência física que marca a história dos movimentos de luta pela terra no Brasil, a “violência velada”, não percebida e, portanto, não combatida:

Nós tivemos muitas pessoas assassinadas no campo (...) mas o outro tipo de violência, no sentido amplo da palavra, ela acontece sempre, sempre aconteceu e está acontecendo até hoje. E o pior de tudo é que agora essa violência é velada, é uma

violência que se você não olhar para ela e não entender o que está acontecendo você não sente o que está acontecendo, e isso é perigoso. E é por isso que está acontecendo muitas coisas no movimento: não tem muitas lutas, as pessoas vão desanimando, e isso é complicado, porque acaba que esses programas sociais amenizam um pouco a dor das pessoas, então quando as pessoas estão num modelo assistencialista elas também não conseguem sair para compreender o que está acontecendo.

Quando questionada sobre quais alternativas seriam possível para combater a violência que envolve as pessoas do campo, a entrevistada ressalta:

Essa violência, a violência política, de enfrentamento, ela sempre vai acontecer (...) Mas a violência que acontece nos assentamentos, contra a mulher, essas coisas, nós temos que fazer muitas coisas para melhorar. Primeiro é discutir. Às vezes a gente tem um pouco de receio de discutir com o movimento essa questão da violência (...) porque a violência nos assentamentos é muito grande em relação à questão da mulher. Então esse é um debate que tem que se colocar o dedo na ferida (...) porque o assentamento é diferente da cidade, porque no assentamento todo mundo conhece todo mundo, então as pessoas ficam com medo de denunciar, de intervir. Mas nós precisamos ter um mecanismo para ajudar a resolver, porque ela ainda é grande.

Nota-se a partir desse depoimento que a violência enfrentada pelas pessoas do campo não é apenas a violência institucional, do sistema econômico e político mais amplo, mas a essa é acrescida da violência interpessoal que ocorre entre os próprios assentados, em especial a violência contra as mulheres do campo, que são as vítimas preferenciais.

#### **2.4 – A violência na percepção de uma representante do segmento LGBTTT**

*As pessoas tinham muito medo, e eu não me intimidava, porque não devia nada. As autoridades não faziam nada! ...A maior violência*

*vinha por parte da policia. Tivemos até mesmo que mover ação contra a polícia.*

A representante do movimento LGBTTT que nos concedeu entrevista é travesti e foi uma das pioneiras na luta pelo reconhecimento de direitos desse segmento em Dourados. Ela enfatiza que o principal motivo da sua inserção na militância se deu pelo fato de as pessoas se calarem frente à violência, o desrespeito e a discriminação que atingem os sujeitos LGBTTT.

De acordo com a entrevistada, o movimento LGBTTT se consolidou em Dourados com a implantação do *Centro de Referência em Direitos Humanos*, fruto da luta e persistência dos militantes. O *Centro* é um projeto do governo federal e tem como um dos objetivos principais o combate à homofobia, exercendo um papel importantíssimo pois atende toda a região de Dourados, aproximadamente 25 cidades, que recebem denúncias sobre violações de direitos da população LGBTTT.

Sobre as causas da violência sofrida pelos LGBTTT, a entrevistada argumenta que a mesma ainda é fruto do estigma que as pessoas desse segmento sofrem, ou seja:

Eu acho que é o estigma que as pessoas ainda têm com a população LGBT, infelizmente. Principalmente com as travestis e as transexuais, eles estigmatizam tanto essas duas classes que acham que as travestis e as transexuais são aptas só para o mercado de trabalho da prostituição. E não é, a gente está conseguindo reverter esse quadro estudando, se qualificando (...) mas infelizmente nós estamos gatinhando ainda nisso.

Para a entrevistada a principal chave de luta pelo reconhecimento e combate à violência contra os LGBTTT é a educação, ou seja, “a base de tudo é a educação, acho que ela deve mudar, devem se rever os seus conceitos, para que através dela a violência seja amenizada.” A violência, segundo ela, consiste em “uma falta de respeito, de caráter, uma falta de sensibilidades, de amor ao próximo, de amor ao ser humano.”

Com a entrevista da representante do movimento LGBTQTT, percebemos que a luta desse segmento, assim como os demais, se dá no dia-a-dia, pelo reconhecimento, garantia e respeito. Neste caso, do reconhecimento ao direito da liberdade de orientação sexual.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho teve por objetivo contextualizar o surgimento, a importância e atuação de alguns dos principais movimentos sociais existentes na região de Dourados, MS. Foram entrevistadas lideranças desses movimentos no intuito de compreender suas representações sociais acerca da violência que envolve os grupos os quais representam. Para tanto, nos valem do conceito de representações sociais de Porto (2010) para compreender o fenômeno da violência, ou seja:

Representações sociais enquanto possibilidade de compreensão do fenômeno da violência contemporânea, assumindo ser impossível compreender esse fenômeno sem se interrogar sobre os sentidos, os valores e as crenças que estruturam e presidem a vida social, os quais são o conteúdo por excelência das representações sociais.

No que se refere às representações sociais manifestadas pelos representantes dos movimentos sociais abordados em nossa pesquisa, pudemos constatar que em todos os casos a violência é um fenômeno presente e percebido pelos mesmos como o fator principal a ser combatido e superado, seja a violência física ou a violência simbólica, que contribui para a discriminação e para a reprodução das desigualdades e das injustiças sociais.

Nesse sentido, constatamos também a importância dos movimentos sociais para a luta por garantia de direitos aos segmentos histórica e socialmente mais fragilizados. A luta travada por estes movimentos sociais tem como principal bandeira o respeito, o reconhecimento e a garantia de direitos, além de almejar uma sociedade mais igualitária e humana, onde todos possam viver de forma justa.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BARREIRA, C. e ADORNO, S. “A Violência na Sociedade Brasileira”. In: Carlos Benedito Martins e Heloisa Helena T. de Souza Martins (org.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. 1ª. Edição. São Paulo: Barcarolla, 2010, v. 1, p. 303-374.

CARDOSO, C. F. e MALERBA, J. (Org.). *Representações: Contribuição a um debate interdisciplinar*. Campinas: Ed. Papirus, 2000.

DAS, V e POOLE, D. “El Estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. *Cuadernos de Antropología Social*, 27:19-52, 2008.

JODELET, D. “Representações Sociais: um domínio em expansão”. In Jodelet (org.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, S e GUARESCHI, P. (Org.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

KANT DE LIMA, R. MISSE, M. MIRANDA. A.P. “Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia”. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 50, p. 45-123, 2000.

LEONARDI, V. *Violência e direitos humanos nas fronteiras do Brasil: história da Aids, das drogas e de sua prevenção*. Brasília: Paralelo 15, 2007.

MARTINS, J.S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. SP: Contexto, 2008.

MISSE, M. *Crime e violência no Brasil contemporâneo*. Estudos de Sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006.

PIOVESAN, F.. *Temas de Direitos Humanos*. São Paulo: Max Limonad, 1998.

PORTO, M.S.G *Sociologia da Violência: do conceito às Representações Sociais*. Brasília: Editora Francis, 2010.

ROULAND, N, PIERRÉ-CAPS, S., POUMAREDE, J. . (org.) *Direito das minorias e dos povos autóctones*. Tradução Ane Lize Spaltemberg. Brasília: UNB, 2004.

SALLA, F. e ALVAREZ, M.C. “Estado-Nação, fronteiras, margens: redesenhando os espaços fronteiriços no Brasil contemporâneo. *Paper* apresentado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 26 a 29 de julho de 2011, Curitiba, 2011.

SANTOS, J.V.T. (org) *Violência em Tempo de Globalização*. São Paulo, Hucitec, 1999.

SYMONIDES, J. (org). *Direitos Humanos: novas dimensões e desafios*. Brasília: Unesco / Secretaria Especial de Direitos Humanos / MJ, 2003.

ZALUAR, A. “Violência e Crime”. In MICELI, S. (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) – Antropologia*. São Paulo: Sumaré, Anpocs, Capes, 1999, v. 1, p. 15-107.